

Punição aos gastadores

Fica mais rígida a fiscalização sobre estados e prefeituras

JANES ROCHA

BRASÍLIA — O governo quer apertar o cerco aos estados e municípios e anuncia hoje uma mudança na Lei Camata, aquela que limita os gastos com pessoal nas três esferas do governo (União, estados e municípios) a 60% das receitas líquidas. Através de um projeto de lei complementar que será enviado ao Congresso, será reduzida a margem de gastos da União com pessoal de 60% para 50% e ampliado para até 2001 o prazo para que estados e municípios se enquadrem na limitação de 60%.

Apesar do prazo maior, a punição para quem não cumprir a lei vai aumentar. A Lei Camata, de março de 1995, dá um prazo de três exercícios fiscais a partir de 1996, quando entrou em vigor, para que o setor público chegue ao limite dos 60%. Esse prazo vence quando entrar em vigor o Orçamento Geral da União de 1999 que sequer começou a ser analisado no Congresso. De acordo com o texto da Lei atual, caso não se enqua-

drem, os governos ficam proibidos, até que regularizem a situação, de revisar, reajustar ou adequar a remuneração dos servidores públicos. É nesse ponto que o governo federal quer mexer.

No novo projeto, que foi finalizado na noite de segunda-feira, se não se adequarem no prazo os governos ficarão proibidos de contratar, reajustar, dar gratificações ou fazer qualquer manobra para elevar os rendimentos do funcionalismo. Além disso, começam a ficar sujeitos a cortes nos repasses de verbas da União ou dos estados (no caso dos municípios).

A Lei Camata, na forma atual, refere-se apenas às receitas líquidas correntes dos governos, ou seja, tudo o que eles arrecadam por conta própria deduzidos os valores correspondentes às transferências dos fundos de participação dos estados e dos municípios. A União já está adequada na faixa de 50% mas vários estados e a maioria dos municípios estão bem longe do limite. De acordo com levantamento feito pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), a média de comprometimento dos estados com a folha de pessoal baixou de 70,2% em 1995 para 67,8% em 1996 e 62,6% em 1997. No entan-

to, 17 dos 27 estados haviam estourado o limite, sendo os mais comprometidos Alagoas (92,6% das receitas líquidas), Rio Grande do Sul (83,6%), Espírito Santo (79,1%) e Rio de Janeiro (78,7%).

O grande problema do controle de gastos está na falta de estrutura do governo federal para fiscalizar o cumprimento das metas. Segundo uma fonte que participou da elaboração do projeto de lei complementar à Lei Camata, já vem de alguns anos a tentativa do Tesouro Nacional de auditar as contas dos estados e já se avançou. Mas fiscalizar as contas dos municípios ainda está nas mãos dos tribunais de contas, onde eles existem.

Uma forma mais efetiva de disciplinar os orçamentos públicos será tentada em outro projeto de lei, o de finanças públicas, que também deve ser anunciado pelo governo hoje junto com as medidas de ajuste fiscal, mas com outro nome: Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse projeto pretende aplicar à lei orçamentária atual mudanças inspiradas na legislação dos Estados Unidos, Nova Zelândia e da União Europeia, para moralizar a administração pública, tornando-a menos dependente da ética ou da capacidade de economizar do administrador.